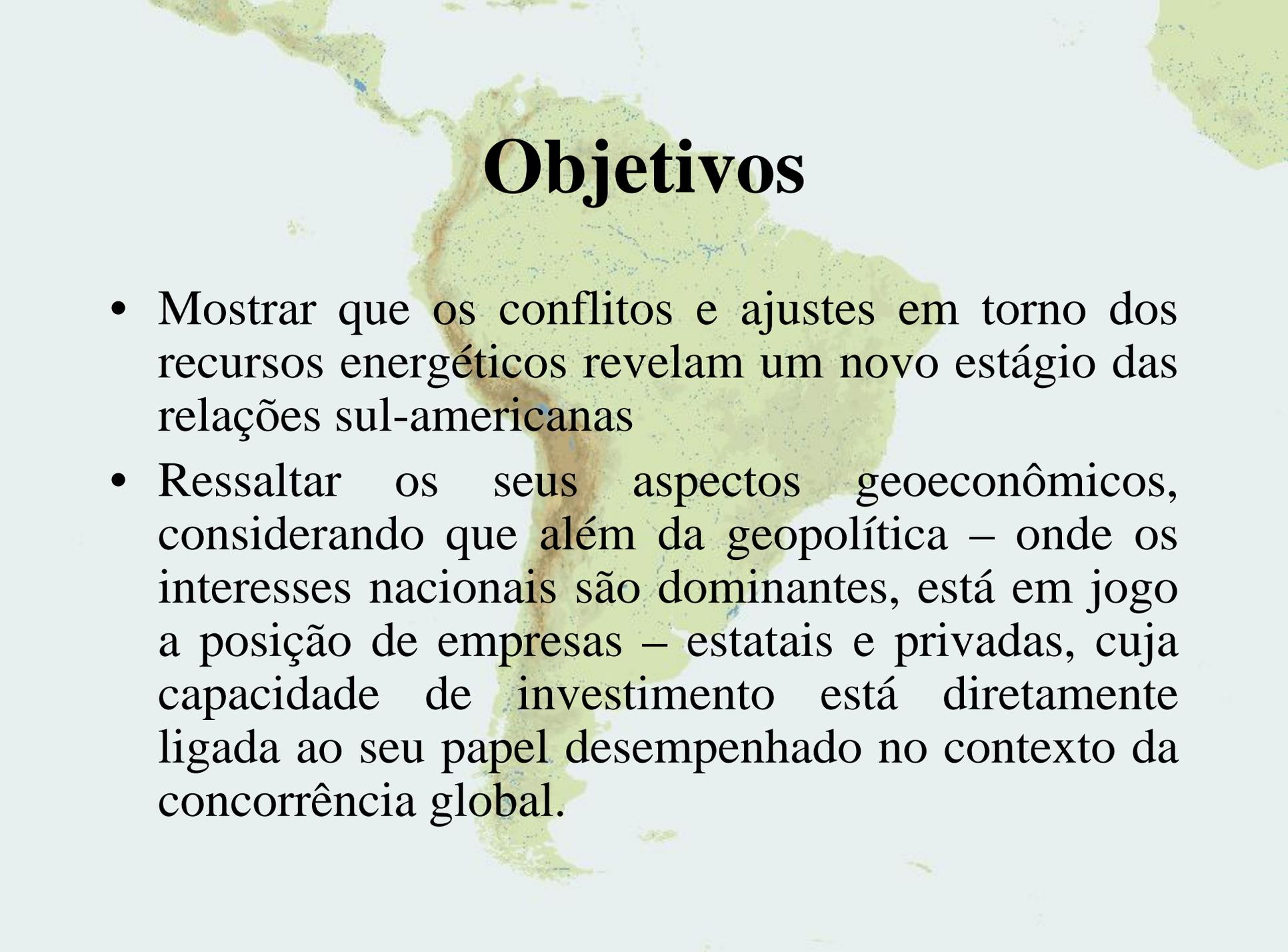




Energia e Conflitos Territoriais na América do Sul: uma visão geloconômica

Cláudio A. G. Egler

LAGET-UFRJ



Objetivos

- Mostrar que os conflitos e ajustes em torno dos recursos energéticos revelam um novo estágio das relações sul-americanas
- Ressaltar os seus aspectos geoeconômicos, considerando que além da geopolítica – onde os interesses nacionais são dominantes, está em jogo a posição de empresas – estatais e privadas, cuja capacidade de investimento está diretamente ligada ao seu papel desempenhado no contexto da concorrência global.

Geoeconomia e energia

- A produção e distribuição de energia é um setor econômico onde os limites entre a geopolítica e a geoeconomia são muito tênues .
- O controle sobre os recursos energéticos e sobre sua distribuição é uma fonte inegável de poder, com implicações para o funcionamento das economias nacionais e com rebatimentos nos circuitos continentais e globais;
- Energia e mudanças climáticas globais: um novo teatro de guerra geoeconômica.

Geoeconomia e instituições

- As relações entre política e economia ganharam um novo impulso nas últimas décadas através da análise das instituições,
- A análise institucional é um instrumento importante para avaliar a capacidade estatal de regular a operação das corporações, que atuam em diversas escalas.

Geoeconomia e redes técnicas

- Geopolítica e geoeconomia não são campos excludentes. Se de um lado, a geopolítica se fundamenta no controle estratégico dos lugares, a geoeconomia atua preferencialmente sobre a logística das redes;
- No setor petrolífero não basta o controle sobre o subsolo para garantir sua presença no mercado de energia. É necessário investir pesadamente nas redes técnicas, tanto na exploração e produção (upstream), como também em dutos, terminais e depósitos (midstream) e no refino e distribuição (downstream).

Redes Técnicas e integração

- A integração física das redes técnicas tende a avançar, em grande parte devido às próprias necessidades materiais das principais economias da América do Sul;
- A infra-estrutura energética é o principal vetor de integração entre principais economias da América do Sul, embora os eixos principais de ligação dependam de conexões no Paraguai e da Bolívia;
- Esta dimensão tende a se tornar cada vez mais complexa com a ampliação territorial do Mercosul, com a entrada de novos membros, como é o caso da Venezuela, e com as mudanças institucionais que podem resultar da constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Integração no setor elétrico

- A disputa entre Brasil e Argentina em torno da utilização do potencial hidráulico da Bacia do Prata vai conferir ao Paraguai papel decisivo no abastecimento de energia elétrica para o Cone Sul;
- O Acordo Tripartite entre Brasil, Paraguai e Argentina (1979) para aproveitamento dos recursos hidráulicos no trecho do Rio Paraná desde as Sete Quedas até a foz do Rio da Prata teve papel decisivo na integração energética regional, através da construção de grandes barragens binacionais, como a de Itaipu e de Yacyretá.

Figura 1

Figura 1

Sistema Elétrico



Integração no setor de gás natural

- A dinâmica das grandes empresas do setor energético levaram a extensão das redes para além das fronteiras nacionais;
- As duas principais economias do Cone Sul, Brasil e Argentina, que passam a buscar novas fontes de energia – principalmente gás natural, incorporando a Bolívia como uma peça chave no contexto energético regional;
- A emergência de governos nacionais de cunho popular, que buscam enfrentar o passivo social através das receitas obtidas pela produção e comercialização de recursos energéticos. É o caso da Venezuela, da Bolívia, e, mais recentemente, do Equador.

Estados e empresas no contexto energético sul-americano

- A busca por recursos energéticos revela um novo estágio dos conflitos globais e a configuração atual das estruturas produtivas ampliaram o papel da logística como instrumento de manutenção do domínio sobre os mercados domésticos e de abertura de novas fronteiras;
- As redes técnicas são submetidas a um “quase-monopólio natural” por parte daqueles que detém o seu controle, porque é praticamente impossível a existência de duas ou mais redes de infra-estrutura paralelas;
- A perda de capacidade financeira dos estados nacionais levou a privatização dos serviços públicos como instrumento para reduzir seus déficits fiscais e financeiros, muitas vezes entregando o controle das redes técnicas ao setor privado.

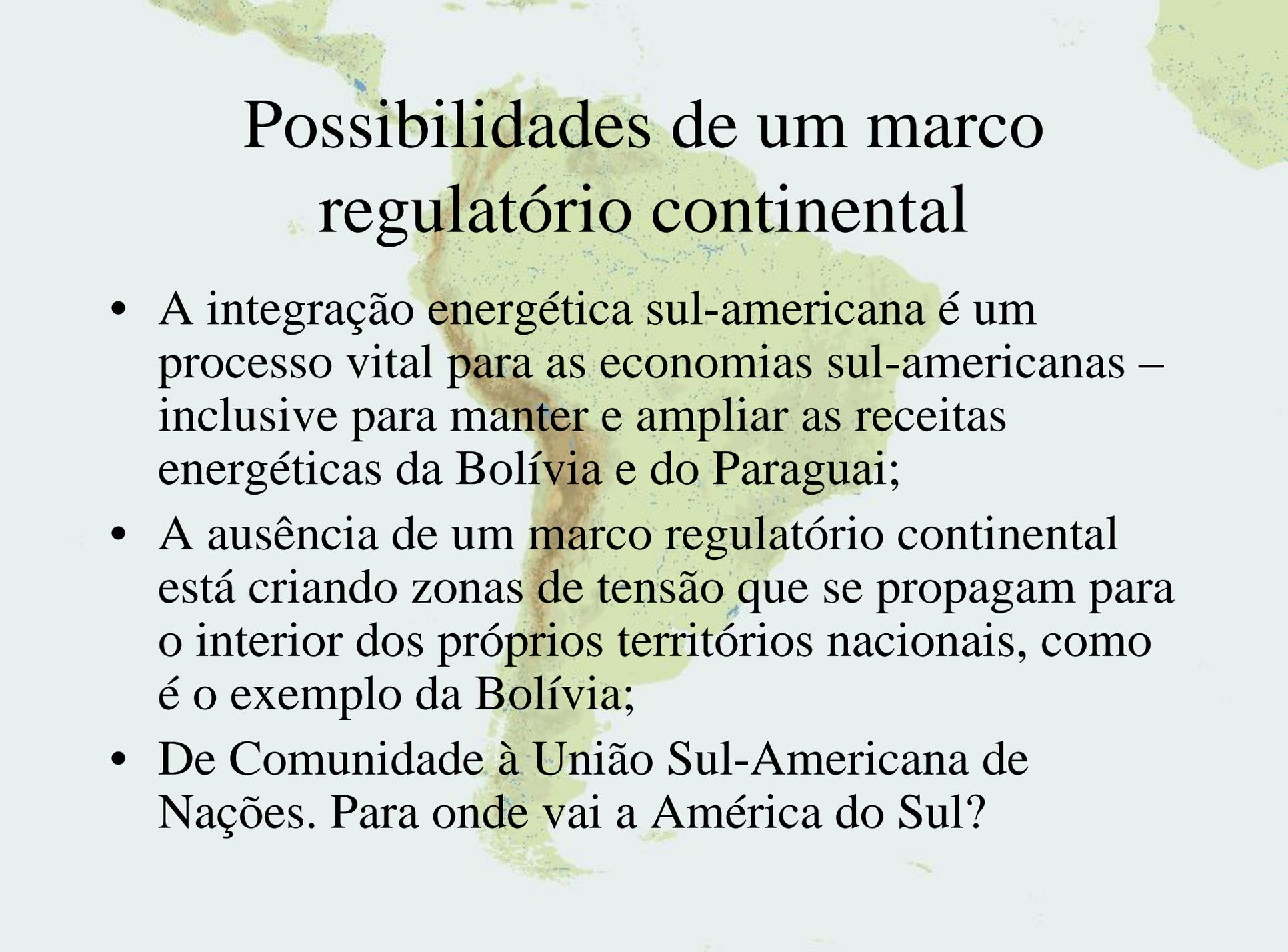
Território, Instituições e Redes

- O papel das relações entre estado e mercado na definição do marco institucional dentro do qual operam as organizações, depende não apenas de fatores econômicos, mas principalmente, históricos e culturais;
- O papel de guardião dos lugares, atribuído institucionalmente ao estado, não é suficiente para garantir o controle efetivo sobre o território, que é compartilhado com as empresas que operam as redes logísticas que o atravessam;
- As empresas, por outro lado, embora desejassem a volatilização total das redes físicas, continuam prisioneiras do território e sujeitas a capacidade de mobilização social de seus habitantes.



Conflitos e ajustes no cenário regional

- O processo de integração sul-americano tem apresentado avanços importantes a partir da década de 1990, apesar das pressões geopolíticas e geoeconômicas internas e externas contra a sua efetivação;
- Recuos também podem ser encontrados – principalmente nas freqüentes disputas comerciais entre os dois principais parceiros do Mercosul: Brasil e Argentina;
- Contradições estão presentes nos acordos bilaterais de alguns países sul-americanos com parceiros de outros blocos econômicos e na tentativa de Hugo Chávez de transformar a Venezuela em potência regional.



Possibilidades de um marco regulatório continental

- A integração energética sul-americana é um processo vital para as economias sul-americanas – inclusive para manter e ampliar as receitas energéticas da Bolívia e do Paraguai;
- A ausência de um marco regulatório continental está criando zonas de tensão que se propagam para o interior dos próprios territórios nacionais, como é o exemplo da Bolívia;
- De Comunidade à União Sul-Americana de Nações. Para onde vai a América do Sul?